



JANTAR COMEMORATIVO

13 de maio – Brasília/DF



FNE celebra 50 anos de história



Comemoração do aniversário da federação aconteceu em 13 de maio, em Brasília, em jantar prestigiado pela categoria e por autoridades. Mereceu destaque papel da entidade na luta pelo desenvolvimento.

Página 5

América Latina

CNTU debate integração dos profissionais na região

Página 4

Entrevista

Preço da energia elétrica pode subir 30% em 2015

Página 7

Celebração

Engenheiro traz nesta edição a comemoração dos 50 anos da FNE – completados em 25 de fevereiro último – que aconteceu em Brasília, no dia 13 de maio. Prestigiado por centenas de convidados, o evento teve como destaque o papel da federação no debate dos problemas nacionais. O esforço tem acontecido por meio do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que desde 2006 contribui com propostas para a expansão econômica com distribuição de renda e preservação ambiental. Integrando essa iniciativa, aconteceu novo debate, no dia 6 de maio, na cidade de Macapá (AP) sobre a qualidade de vida no município, incluindo os temas transporte, habitação e resíduos sólidos. Ainda na pauta, a cobertura do seminário promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), nos dias 22 e 23 de maio, em São Paulo, sobre a integração latino-americana. Ênfase do evento foi no papel do movimento sindical, que precisa ganhar maior espaço nesse processo. Em entrevista, o representante da FNE na Frente de Defesa do Consumidor de Energia Elétrica, Carlos Kirchner, fala sobre os riscos de aumento da tarifa, que podem chegar a 30% em 2015. Na sessão C&T, a ainda precária situação do Brasil no que diz respeito à expansão da banda larga para acesso de alta velocidade à internet. E mais o que acontece nos estados. Boa leitura.

Monopólio estabelecido pela agência reguladora prejudica sociedade

Aneel favorece concessionárias

Thereza Neumann S. de Freitas

ESTAMOS DIANTE DA ameaça de um dos maiores monopólios e concorrência desleal já vistos no Brasil. Trata-se da implementação da Resolução 581, de 11 de outubro de 2013, elaborada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que propõe a regulação de serviços acessórios de engenharia, como atividade empresarial complementar para todas as concessionárias de distribuição que atuam no País. Com isso, amplia o campo de atuação dessas companhias, não por meio de concessão pública, mas avançando sobre o mercado de trabalho da engenharia. Os serviços acessórios constantes da resolução abrangem elaboração de projeto, construção, expansão, operação, manutenção ou reforma de redes. No rol de atividades, estão incluídas rede de distribuição de energia elétrica destinadas à regularização fundiária de

interesse específico e ao atendimento dos empreendimentos de múltiplas unidades consumidoras; de energia elétrica destinadas ao acesso dos sistemas de distribuição ou de transmissão; subestações de energia elétrica; instalações elétricas internas de unidades consumidoras; bancos de capacitores; padrões de entrada de unidades consumidoras atendidas em baixa tensão; sistemas de medição de energia elétrica; geradores, incluindo-se unidades de microgeração e minigeração distribuída; sistemas de iluminação pública; eficientização do consumo de energia elétrica e instalação de cogeração qualificada; serviços de comunicação de dados e de consultoria. Considerando-se que as concessionárias são detentoras de cadastros, registros e dados dos consumidores/clientes natos (em torno de 80 milhões) e que tais informações privilegiadas não estão acessíveis aos profissionais e empresas

da área tecnológica que atuam nos diversos ramos da engenharia como prestadores de serviços, isso já caracteriza monopólio com risco de concorrência desleal. Haverá total desequilíbrio nas relações de mercado, principalmente pelo fato de as concessionárias, por força dos contratos, continuarem a elaborar normas técnicas, analisar projetos, inspecionar instalações, realizar ligações elétricas de consumidores

Se implementada a Resolução 581, distribuidoras de energia terão acesso de forma privilegiada a mercado de trabalho da engenharia. Resultado será desemprego.

(residenciais, comerciais e industriais), atividades incompatíveis com a prestação de serviços acessórios. A proposta da Aneel trará prejuízos incalculáveis para toda a sociedade, pois o único benefício apresentado pela agência são ínfimas reduções na tarifa de energia, que não compensarão desemprego, falências de empresas e cerceamento da livre escolha dos consumidores. A FNE, juntamente com outras entidades, vem apoiando a luta para que não seja consolidada a regulação dos serviços acessórios de engenharia. Para que tenhamos sucesso nessa empreitada, faz-se necessário o envolvimento de todos os profissionais. Junte-se a nós!

Thereza Neumann Santos de Freitas, engenheira elétrica, é diretora de Relações Institucionais da FNE e presidente do Senge Ceará

MARINGONI



ENGENHEIRO – Publicação mensal da Federação Nacional dos Engenheiros
Diretor responsável: Murilo Celso de Campos Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Maria de Fátima Ribeiro Cú, Thereza Neumann Santos de Freitas, Flávio José A. de Oliveira Brízida, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, Modesto Ferreira dos Santos Filho, Gerson Tertuliano, Clarice Maria de Aquino Soraggi, José Luiz Bortoli Azambuja, Sebastião Aguiar da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, José Ailton Ferreira Pacheco, Augusto César de Freitas Barros, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, José Luiz dos Santos, Edson Kiyoshi Shimabukuro, José Carlos Ferreira Rauhen, Lincoln Silva Américo, João Alberto Rodrigues Aragão, Marcos Luciano Camoeriras, Gracindo Marques. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misléh. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 – CEP 70392-901 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3225-2288. E-mail: imprensa@fne.org.br. Site: www.fne.org.br. Tiragem: 10.000. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: junho de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.

Seminário reuniu técnicos que abordaram transporte, habitação e coleta seletiva de lixo

Em pauta, qualidade de vida em Macapá

Rosângela Ribeiro Gil

Os engenheiros estão empenhados em contribuir à solução de problemas urbanos da cidade de Macapá, que tem mais de 470 mil habitantes. Reunidos em seminário, organizado pelo Senge Amapá e pela FNE, que tratou da qualidade de vida no município, em 6 de maio último, profissionais e técnicos levantaram questões relacionadas à habitação, ao transporte coletivo e ao destino final do lixo domiciliar. À abertura do evento, realizado na Universidade Estadual do Amapá (Ueap), o presidente da federação, Murilo Celso de Campos Pinheiro, elogiou a presença dos estudantes e destacou a importância do planejamento e da reflexão sobre as questões que mais afligem as grandes cidades. “Precisamos pensar ações conjuntas, com unidade das entidades, que signifiquem propostas factíveis a serem encaminhadas aos governantes”, defendeu.

Participaram ainda da mesa de abertura Lincoln Silva Américo, presidente do Senge-AP, Laércio Aires dos Santos, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-AP), Edson Kuwahara, representando o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) local, Fernando Ribeiro, vice-reitor da Ueap, e Fernando Palmezan Neto, coordenador do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

O professor de economia Charles Achcar Chelala, mestre em desenvolvimento regional e ex-secretário especial de Governadoria de Macapá, que tratou da questão habitacional, atentou para o crescimento desordenado da cidade em razão da ausência de intervenções com planejamento e respeito ao que existe de normatização, como planos diretores e código de postura. “Isso levou Macapá, que é um município de tamanho médio, a ter problemas de cidade grande”, observou. Por isso, ele elogiou a iniciativa dos engenheiros que, com seus eventos do “Cresce Brasil”, já faz parte da programação anual do estado.

O Amapá, explicou o professor, tem o maior crescimento demográfico do País, numa taxa de 1,5% ao ano ante 1,15% no restante do território nacional, e com uma

ocupação urbana acima de 90%. “Temos mais ou menos 16% da população vivendo em aglomerados urbanos subnormais, que são áreas alagadas, em palafitas e condições perversas de insalubridade”, relatou, acrescentando que só as cidades de Macapá e Santana – município que tem conurbação com a capital – possuem 80 mil pessoas morando nesses locais de risco, num total de 108.086 em todo o estado.

Para solucionar a questão de moradia, Chelala diz que a cidade, que não tem orçamento suficiente para isso, precisa recorrer ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e ao Minha Casa, Minha Vida (MCMV). “Durante muito tempo houve certa ineficiência dos governos estaduais em acessar esses recursos. O que fez com que o estado, nos últimos 12 anos, entregasse algo em torno de 600 unidades habitacionais na capital”, contabilizou. Todavia, segundo ele, hoje existe um movimento mais forte e, por isso, várias construções estão em pleno andamento, com previsão de entrega, em dezembro próximo, de 1.400 residências do MCMV, e já foram licitadas e estão em processo de início de obras outras 1.500.

Todas essas ações, avaliou, criam uma distensão na demanda habitacional de Macapá, mas não resolvem o problema básico que é o

dos moradores das chamadas áreas de ressaca (bacias de acumulação de água, influenciadas pelo regime de marés, dos rios e das chuvas). Ele menciona a importância de os engenheiros acompanharem essa demanda para que as moradias tenham qualidade. “Porque acontece muito que esses conjuntos habitacionais de interesse social acabam se transformando em caixas de alojar gente”, criticou.

Serviço deficitário

Outro problema que requer a participação dos profissionais da engenharia, segundo Joselito Oliveira Alves, mestre em regulação da indústria de energia, é o da coleta e destino final do lixo domiciliar da área urbana. “O manejo dos resíduos sólidos solicita a *expertise* natural do engenheiro civil, sanitarista e ambiental”, afirmou. Ainda segundo ele, mais recentemente também têm papel nesse setor os engenheiros eletricitistas e eletromecânicos, tendo em vista o crescente aproveitamento do biogás gerado em aterros sanitários para fins energéticos.

Para a solução da questão em Macapá e também em outras cidades brasileiras, Alves considera que a proposta mais relevante seria o “desengavetamento” pelo governo federal do programa de apoio a sistemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos

urbanos, “que está pronto desde o ano de 2010 e orçado em R\$ 2 bilhões, aproximadamente, para implantação de estações de transbordo, central de triagem, unidades de compostagem e aterros sanitários em mais de 80 consórcios municipais formados em todos os estados da federação, e não apenas nas regiões metropolitanas”. Outra proposta é a necessidade urgente de formação de profissionais em saneamento básico com capacitação mais imediata na área de resíduos sólidos. Por último, ele aprovou a ideia levantada no evento da FNE de criar um fórum nacional para discutir a implementação da Lei 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Alves lembrou que o desconhecimento sobre a PNRS e a falta de prioridade e de equipes técnicas municipais, na maioria das médias e pequenas cidades, deixou a destinação final dos resíduos sólidos urbanos sem a devida atenção, de forma que os lixões e os aterros controlados predominam como solução para os dejetos. “Isso significa”, lamentou, “focos de poluição e agressão ambiental, proliferação de vetores com riscos à saúde pública e às coleções hídricas.”

Carros x ônibus

A população da capital amapaense enfrenta outro problema sério, o do transporte coletivo. Como observou Cristina Maria Baddini Lucas, presidente da Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá (CTMac), o trânsito na cidade ainda tem a supremacia do veículo individual. Por dia, informou, são 100 mil passageiros que utilizam os ônibus que disputam o sistema viário com um número grande de carros. Ela observou que o município mantém contatos com o Ministério das Cidades para implementação de políticas que atendam à Lei 12.587/2012, que trata da mobilidade urbana sustentável. Dentro dessa perspectiva, Baddini destacou as propostas levantadas no seminário de implantação de ciclovias, ciclofaixas e a utilização do Rio Amazonas para o transporte fluvial.



Presidente da FNE, Murilo Pinheiro, destaca importância do planejamento das ações públicas em prol do bem-estar social, em seminário no Macapá.

Trabalhadores devem participar desse processo, que precisa assegurar mais justiça social

Integrar e desenvolver a América Latina

Soraya Misleh

A articulação socioeconômica, política e cultural dos países da região é essencial para reduzir as desigualdades e a pobreza que ainda a afligem. A esse processo, os engenheiros e demais trabalhadores universitários têm muito a contribuir. Portanto, devem estar representados nos diversos espaços em que se discute essa construção. Essas foram as premissas apontadas durante o “Seminário de Integração Latino-americana dos trabalhadores universitários”, realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários (CNTU) nos dias 22 e 23 de maio, no auditório do Seesp, em São Paulo.

Evento promovido pela CNTU destacou importância da interação entre profissionais de formação universitária e seu papel na união dos povos do continente.

Durante a abertura, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da entidade promotora – que também está à frente da FNE –, exaltou nesse sentido a relevância do evento como forma de estabelecer laços importantes entre os trabalhadores dos países da América Latina, discutindo propostas e reivindicações comuns para o fortalecimento não apenas das categorias profissionais dessas nações, mas também para garantir sociedades mais justas e democráticas. A vice-presidente da CNTU, Gilda Almeida, uma das coordenadoras da iniciativa, juntamente com o diretor da confederação Wellington Mello, ressaltou que, para tanto, os trabalhadores da região precisam ter mais voz ativa nas discussões sobre integração. “Precisamos nos empoderar do tema”, conclamou. Valor que a CNTU busca resgatar ao impulsionar esse debate, como lembrou o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto.

A integração latino-americana se dá numa configuração internacional muito insólita. A observação foi feita no ensejo pelo



À abertura, da esquerda para a direita, Wellington Mello, Gilda Almeida, João Guilherme Vargas Netto e Murilo Pinheiro (no púlpito).

embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. “A situação para os países em desenvolvimento é muito difícil por conta da crise econômica iniciada em 2008 e que se prolongará no tempo”, observou, esclarecendo que todas as nações latino-americanas estão nessa posição. Ele lembrou que a crise não afetou igualmente empresários e trabalhadores, sendo que os primeiros, ao contrário do que se diz, saíram muito fortalecidos. Já os últimos “são os maiores afetados”.

Nessa conjuntura, os países do continente estão em permanente disputa, com parte adotando políticas neoliberais e parte buscando fortalecer o papel central do Estado ao desenvolvimento, constatou o embaixador. Nesse marco, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), segundo Guimarães, corre sérios riscos, com a negociação de um acordo de livre comércio com a União Europeia em bases ainda pouco esclarecidas. Para o diplomata, é um equívoco extraordinário, pois fixará zero de tarifas alfandegárias, reduzindo a proteção à atividade produtiva instalada no País.

Mudar o paradigma

Para Félix Rígoli, gerente da Área de Sistemas de Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), o Mercosul e a União de Nações Sul-Americanas (Una-

sul) mantêm uma integração baseada na hegemonia dos grandes países, com pouco foco social. Ele lembrou que esse processo deve contemplar também os trabalhadores e cidadãos em geral. Na mesma linha, Fredy Franco, da Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT) da Nicarágua, defendeu que somente com um processo complementar, solidário e cooperativo será possível “superar as desigualdades e a pobreza dos nossos povos”. José Divanilton Pereira da Silva, da Federação Única dos Petroleiros (FUP), frisou que “nossa unidade deve ter outros pressupostos”.

A esse resultado, como propugnou Franco, é importante haver maior protagonismo dos trabalhadores nas discussões sobre o tema, inclusive junto aos Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Maria Helena Machado, professora e pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), deu o caminho das pedras para tanto. Agradida pela CNTU com o prêmio Personalidade Profissional em Odontologia em 2013, frisou que é necessário reivindicar a “representação formal dos trabalhadores” nos blocos do continente aos estados-partes. “Hoje, estão totalmente ausentes do Mercosul e devem ter voz e voto, para incidirem sobre as decisões governamentais e contribuírem à redução das iniquidades e assimetrias regionais.”

Para Débora Gribov Novogrebelsky, diretora da Associação de Docentes Universitários do Uruguai (Adur), a integração deve ser pensada “a partir das singularidades de cada região”. As universidades têm aí papel importante, inclusive para “consolidar o sistema educativo integrado do Mercosul e fronteiras, com carreiras binacionais”. Pavimentar esse caminho é crucial diante de um cenário em que a “imigração qualificada cresceu em torno de 63%”, como ensinou o professor da Universidade de Brasília (UnB) Leonardo Cavalcanti, do Centro de Pesquisa e Pós-graduação das Américas da instituição e coordenador científico do Observatório das Migrações Internacionais. Uma das demandas crescentes, como frisou ele, tem sido por engenheiros e biotecnólogos. Diante desse quadro, Cavalcanti enxerga como um dos desafios se criar redes de cooperação e integração de programas acadêmicos.

Para José Luis Porto Carrasco, representante do Plenário Intersindical de Trabalhadores e da Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT) junto ao Mercosul, “os intelectuais têm papel fundamental nesse processo”. O início poderia ser, na sua ótica, “estabelecendo pontes de comunicação e conhecimento”. Ele convidou a confederação a participar dessa mobilização, unindo-se à Associação de Universidades do Grupo de Montevideu e contribuindo à elaboração do capítulo brasileiro do Encontro Sindical Nossa América (Esna), a ser lançado em 2015 – o que foi aceito por Murilo Pinheiro, que concluiu: “Nossa intenção é fazeremos um convênio entre os trabalhadores universitários do Uruguai e do Brasil. Devemos começar com a valorização de cada profissional e nos unir para garantir mais qualidade de vida a todos da região.”

Confira cobertura completa do seminário em www.cntu.org.br.

Colaboraram Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira

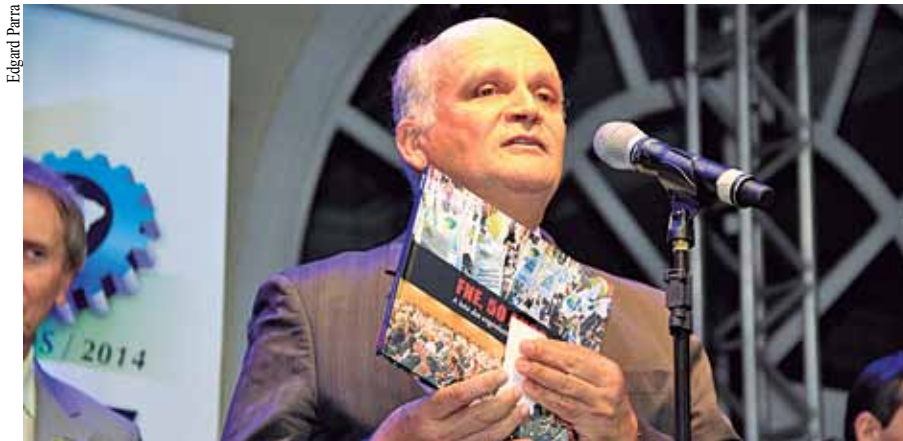
Na comemoração do jubileu de ouro da FNE, ganha destaque papel social da entidade

Federação celebra seus 50 anos

Rita Casaro

Um jantar prestigiado por convidados de todo o País, realizado em Brasília, no dia 13 de maio, marcou a comemoração dos 50 anos da FNE, completados em 25 de fevereiro último. Entre os participantes, profissionais, parlamentares, representantes do Sistema Confea/Creas, lideranças sindicais de várias categorias, membros da academia, de órgãos públicos e da iniciativa privada, além de empregados e colaboradores da entidade.

Durante a cerimônia, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, destacou a atuação em defesa dos engenheiros, mas também em prol do desenvolvimento nacional. “É um grande orgulho fazer parte dessa federação que está nas grandes discussões do País”, afirmou. Ele aproveitou a ocasião ainda para chamar a atenção para a importância do exercício da cidadania. “Precisamos escolher bem os nossos governantes e parlamentares, buscando um Brasil mais justo”, afirmou. “Os engenheiros se sentem honrados pela entidade que têm”, declarou Wellington Silva de Miranda, que esteve à frente da FNE entre 1993 e 1995 e na celebração representou os ex-presidentes.



O presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, apresenta livro que conta a história da entidade, durante a celebração dos 50 anos.

Falando em nome dos congressistas presentes, o senador Casildo Maldaner (PMDB/SC) também enfatizou o papel da FNE na luta pelo desenvolvimento. “Comemoramos hoje meio século de uma entidade que ajuda o Brasil, apresentando saídas aos problemas da sociedade.” Fez coro a tal reconhecimento o deputado estadual do Piauí Antônio Uchôa (PDT). “São 50 anos em que essa federação muito tem contribuído.” O representante da Assembleia Legislativa do Acre, Ney Amorim (PT), apontou a importância da

categoria para o crescimento. “Quando se quer deixar um país melhor e mais belo, é na engenharia que se pensa.” O prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, reforçou as palavras do conterrâneo, lembrando a importância das obras de integração do estado por meio da BR 364.

Participaram ainda do evento os deputados federais Eliene Lima (PSD/MT), Nelson Marquezelli (PTB/SP), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP), Perpétua Almeida (PCdoB/AC), Chico Lopes (PCdoB/CE), Edinho Bez (PMDB/SC)

e o distrital Rôney Nemer (PMDB); o vereador Edson Shimabukuro (PTB), de Campo Grande, também presidente do Sindicato dos Engenheiros do Mato Grosso do Sul, e o ex-vereador de Macaíó Chico Holanda (PP); e José Tadeu da Silva, presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).

História

No decorrer da comemoração do aniversário da federação, foi lançado o livro “FNE, 50 anos – A luta dos engenheiros brasileiros”, que conta a história da entidade ao longo dessas cinco décadas. A obra traça a trajetória desde a criação da FNE, o que se deu às vésperas do golpe civil-militar de 1964 e a fez enfrentar o desafio de atuar sob regime autoritário; relata ainda o momento de renovação da federação nos anos 1980; descreve as dificuldades durante o período neoliberal da década seguinte; e traz um panorama do novo momento de virada, a partir dos anos 2000, com a retomada da expansão econômica e a decisão da entidade de interferir no debate nacional sobre o tema a partir do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

Valorizar o engenheiro

A FNE participou, em 21 de maio, da audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado sobre problemas na capacitação técnica no País. Representando a entidade na discussão, o diretor Antonio Florentino de Souza Filho lembrou a necessidade de se garantir remuneração adequada aos profissionais, com o cumprimento da Lei 4.950-A/66, que estabelece o piso de nove salários mínimos para jornada diária de oito horas à categoria. “Falta valorização profissional e pagam-se salários pífios”, denunciou.

Florentino lembrou que após o período de mais de duas décadas de estagnação econômica e falta de investimentos em infraestrutura, houve certo desmonte da engenharia no País e muitos profissionais migraram para outras áreas, como a financeira. Além disso, os estudantes do ensino

médio perderam o interesse na carreira devido à falta de perspectivas futuras. “Quando aconteceu a retomada do processo de desenvolvimento, deparamo-nos com essa dificuldade.” Na opinião do dirigente, para superá-la, agora é preciso dar condições de a mão de obra disponível no Brasil atuar. Nesse sentido, além do salário, são necessárias qualificação e boas condições de trabalho.

O diretor da federação apresentou à comissão, como proposta para garantir quadros técnicos ao País, a implementação da carreira pública de Estado para engenheiros, por meio da aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013. A proposição hoje se encontra à espera de votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, já tendo parecer favorável do senador Romero Jucá (PMDB/RR). Outra medida importante apontada por ele foi

a implementação efetiva da Lei 11.888/2008, que garante assistência técnica gratuita à população de baixa renda.

Participaram ainda da audiência o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de

Transportes (Dnit), general Jorge Ernesto Pinto Fraxe, o diretor executivo do órgão, Tarcísio Gomes de Freitas, e o ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) Wilson Lang. (Rita Casaro)



Florentino Filho (primeiro à esquerda) representa a FNE em audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado: é preciso garantir remuneração justa ao profissional.

GO

Entidade é destaque na II Jornada da PUC

A importância de o estudante conhecer o seu sindicato e se aproximar das lutas pela valorização profissional foi abordada pelo presidente do Senge-GO, Gerson Tertuliano, na mesa diretiva da II Jornada de Engenharia, sediada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), em Goiânia, nos dias 8 e 9 de abril último. Os acadêmicos participaram de palestras e minicursos ministrados por profissionais. Entre os temas em pauta, pequenas empresas, oportunidade de mercado, democratização da construção, reforma, atendimento habitacional, empreendedorismo, gestão estratégica e estruturas. O evento foi realizado pela Solidez Empresa

Ana Nicoli e Wagner Alves



Gerson Tertuliano, do Senge, fala sobre importância de o aluno conhecer o sindicato.

Júnior, em parceria com o Diretório Central dos Estudantes da PUC e os Centros Acadêmicos de Engenharia Ambiental, de Controle e Automação, Elétrica, Civil e de Produção.

TO

Ciro Bovo participa do Contem em Palmas



Rosilda Pereira

Ciro Bovo (presidente do Seageto) foi um dos expositores sobre "Os sistemas profissionais de engenharia".

Foi realizado de 13 a 16 de maio último o Congresso Tocantinense de Engenharia e Mineração (Contem), no Centro Universitário Luterano de Palmas/Universidade Luterana do Brasil (Ceulp/Ulbra), em Palmas (TO). Mais de 200 estudantes e profissionais participaram do evento, ocasião em que,

paralelamente, aconteceu o Simpósio Tocantinense de Estudantes de Engenharia. Durante o encontro, o presidente do Seageto, Antonio Bovo, foi um dos expositores na palestra "Os sistemas profissionais de engenharia". Em sua explanação, discorreu sobre o funcionamento, os objetivos e as formas de atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), da FNE e do sindicato. Além disso, abordou assuntos relacionados ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins (Crea-TO) e ao Conselho Federal (Confea), como também sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Esse documento tem dados úteis ao profissional, à sociedade, ao contratante e ajuda a verificar o efetivo exercício profissional e a execução das atividades técnicas.

SC

Mobilização histórica dos engenheiros da Celesc

Apoiados pelo Senge-SC, os engenheiros da Celesc reuniram-se no hall do prédio da diretoria da empresa, dia 13 de maio último, para demonstrar o corte efetuado no piso salarial da categoria. Carlos Bastos Abraham, diretor de comunicação da entidade e vice-presidente da FNE, e o coordenador da Intersindical dos Profissionais de Nível Médio e Universitário, Mauro Miranda, entregaram cópia do dossiê dos profissionais

aos membros do Conselho Administrativo antes de sua reunião. O objetivo é a reversão da decisão tomada pela diretoria, considerada na contramão da valorização profissional. "Vamos nos manter em estado de alerta, focados na imediata reversão," afirmou Abraham. Segundo ele, enquanto perdurar essa condição desfavorável, o Senge propõe novo encaminhamento de mobilização, inclusive o emperramento das negociações

RS

Sindicato faz parceria com a Universidade Fernando Pessoa

Mais uma conquista do Senge-RS à categoria por meio do seu Programa de Qualificação. Está em vigor o termo de cooperação assinado com a Universidade Fernando Pessoa (UFP), na cidade do Porto, Portugal. Isso abre portas para que os profissionais possam fazer graduações, pós-graduações (*lato e stricto sensu*) e cursos de extensão com certificado válido na União Europeia. Permite, ainda, atividades de intercâmbio e a vinda de acadêmicos da UFP para ministrarem aulas no programa do sindicato. A entidade vem consolidando esse programa a cada ano, como um dos melhores canais de capacitação para engenheiros e arquitetos. No portal *Conexões Engenharia*, oferece cursos e palestras técnicas em sintonia com a evolução do mercado, ministradas por profissionais e acadêmicos reconhecidos em suas áreas de atuação, dentro e fora do estado. Destaque aos de Nivelamento em Engenharia de Saneamento e de Engenharia de Dutos, com programa e carga horária semelhantes a um de pós-graduação, realizados para capacitar quadros técnicos da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) e da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), respectivamente. O sindicato dispõe de ampla estrutura de atendimento, salas multimídia e auditório, para treinamentos, reuniões e eventos, com equipe de apoio própria disponível em tempo integral.

MA

Macedo prestigia nova regional da Abece em São Luís

Com o objetivo de valorizar a profissão e fazer com que a cadeia produtiva reconheça o projeto como um negócio, foi oficializada a regional da Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural (Abece), em São Luís (MA), já com 11 profissionais associados em atividade. À frente da entidade estão Antônio Palmeira e Ângela Hadade, respectivamente diretor e diretora adjunta. Na ocasião, o diretor de relacionamento, José Luiz Varela, ministrou palestra sobre a revisão da Norma Brasileira 6.118/2013, seu histórico e o processo de vistoria. O presidente do Senge-MA, Berilo Macedo, considerou a palestra relevante aos engenheiros, professores, alunos de graduação e pós-graduação. Para ele, "a Abece chega a São Luís a fim de integrar os calculistas maranhenses, proporcionando discussões, e o sindicato pode fortalecer esse vínculo". Segundo o vice-presidente da Abece, Augusto Pedreira Freitas, a entidade "visa atuar em todas as áreas de estrutura, buscando reconhecimento do profissional e aplicação de normas técnicas".

Joaquim Benedito Neto



Berilo Macedo, Antônio Palmeira, José Luiz Varela e Ângela Hadade.



Hermínio Nunes

Reunidos no prédio da empresa para mostrar o absurdo corte do piso da categoria.

deste ano. "Vamos discutir e deliberar em nova concentração antes da reunião da categoria no dia 26 de junho." O Senge ajuizou ação trabalhista para adequar o recebimento da parcela do salário mínimo profissional, componente da remuneração do engenheiro, para fazer cumprir a Lei 4.950-A/66. Nessa ação, foi requerido que o piso fosse utilizado para todos os efeitos legais remuneratórios, reajustes salariais e promoções.

Medidas emergenciais são saída para conter prejuízo, até que modelo do setor elétrico seja revisto

Conta de luz pode subir mais de 30%

Soraya Misleh

Por que existe risco de aumentos drásticos no preço da energia elétrica?

Estamos passando por uma estiagem e os reservatórios estão baixos. Isso aumenta o risco de racionamento. Esse componente físico obriga os despachos das termelétricas, ou seja, que todas estejam funcionando. Só isso já torna a coisa mais custosa, porque se reduz a geração hidrelétrica preventivamente, uma vez que o nível do reservatório está por volta de 30%, e a térmica é mais cara. Isso é algo previsível, mas tem outro componente que está fazendo com que muita gente tire proveito da crise. Com a Medida Provisória 579, concessões a vencer foram antecipadas e prorrogadas por 30 anos a partir de dezembro de 2012, e o custo da energia baixou de algo em torno de R\$ 80,00 para R\$ 20,00 o MW/h. Todavia, as geradoras podiam aderir ou não, e algumas não concordaram com isso. Além de não aceitarem as tarifas menores para prorrogar as concessões, essas empresas decidiram não participar dos leilões de energia existente realizados pelo governo para suprir a necessidade das distribuidoras e também não ofertar para os consumidores do mercado livre, contribuindo para a escassez de energia elétrica.

Mas essas geradoras continuaram a produzir energia.

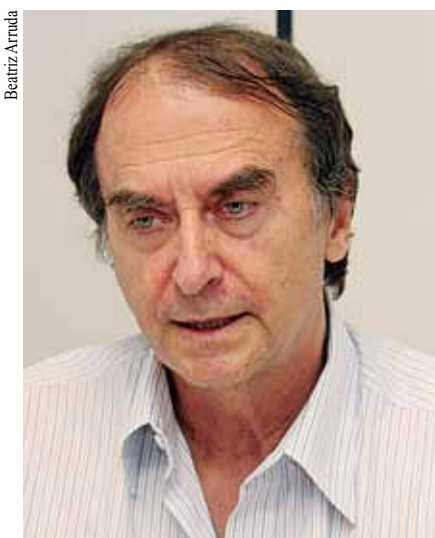
Sim, porque o mundo físico é um e o comercial é outro. Quem determina a geração e despacho é o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A energia produzida por essas geradoras foi liquidada no mercado de curto prazo, pelo PLD (*preço de liquidação das diferenças*), ao qual as distribuidoras que não tinham contratada energia suficiente para suprir seus consumidores e empresas que optaram pelo mercado livre tiveram que recorrer. Essas geradoras perceberam que era melhor não vender nos leilões e aproveitar o PLD elevado, de R\$ 822,83 o megawatt/hora. Esse preço é estabelecido

Diante da estiagem, tem havido especulação sobre o valor da energia, no mercado de compra e venda. O custo elevado que vem sendo pago pelas empresas distribuidoras para manter o fornecimento – e o socorro em forma de empréstimos pelo governo a essas concessionárias – será repassado ao consumidor final, que deverá arcar com tarifas bem mais elevadas a partir do próximo ano. É o que aponta o engenheiro Carlos Augusto Ramos Kirchner nesta entrevista ao **Engenheiro**. Para ele, no mínimo, medidas emergenciais precisam ser tomadas, à racionalização do insumo junto à população, de modo a amenizar tal situação. Representante da FNE no Fórum de Defesa do Consumidor de Energia e consultor na área, Kirchner defende mudança no modelo do setor elétrico como solução.

pela Aneel (*Agência Nacional de Energia Elétrica*), com base na térmica a diesel, que é a mais cara – R\$ 1.100,00 o MW/h. Contudo, isso representa uma mínima parte do sistema elétrico brasileiro, o que faz com que o PLD tenha distorções. Diante do fracasso dos leilões, o governo passou também a aumentar o valor da chamada energia nova, pela qual normalmente se pagava R\$ 100,00 o MW/h. Em 30 de abril último, colocou o preço máximo de R\$ 271,00 e aumentou o prazo do contrato para cinco anos e oito meses.

Qual é o prejuízo estimado das distribuidoras?

Por exemplo, a Cemig (*Companhia Energética de Minas Gerais*) teve prejuízo de cerca de R\$ 470 milhões na distribuidora somente no mês de março de 2013, que vai ser repassado aos consumidores. Isso enquanto a geradora, do mesmo dono e controlador, teve o expressivo lucro de R\$ 578 milhões no mesmo mês, que é distribuído aos acionistas. Às distribuidoras, já houve subsídios no ano passado, com financiamento federal de R\$ 13 bilhões, além de empréstimo privado via CCEE (*Câmara de Comercialização de*



Kirchner: "aumentos extraordinários no custo da energia devem ter impacto na economia."

Energia Elétrica) de R\$ 11,2 bilhões. O governo fala que é suficiente até o final de 2014 e todo mundo diz o contrário, que só tapou buraco até abril. Vai ter que arrumar mais dinheiro e quem vai pagar é o consumidor. Tem grande chance de os próximos reajustes serem acima de 30%. Por exemplo, na mídia saiu que a Copel (*Companhia Paranaense de Energia*) vai reajustar em 30% as tarifas.

Se chover hoje, muda a situação?

Mesmo chovendo, vai levar muito tempo para recompor os reservatórios. A tendência é que vamos passar no mínimo 2015 inteiro com térmicas em operação, o que provoca PLD alto. O governo pode estar contando que, com as concessões a vencer em julho do ano que vem, a energia fique mais barata para o consumidor. E ainda com as usinas em construção; em 2015-2016 entram algumas unidades geradoras, mas essas atendem ao crescimento vegetativo do consumo de energia.

Qual é o impacto disso na economia?

Pode destruir toda a competitividade do setor produtivo, porque quem aumenta muito o preço fica fora do mercado. Tem muitos consumidores livres, indústrias, que estão pagando R\$ 150,00, R\$ 200,00, mas o contrato termina em no máximo três anos. Na medida em que isso ocorre, não encontram mais energia para comprar e daí ficam expostos ao PLD. Outra distorção é que já há várias indústrias que têm optado em parar a fabricação, porque a energia que sobra também é liquidada no PLD, elas recebem o dobro do seu faturamento sem ter custo. Daqui a pouco pode vir a faltar insumo na construção civil, na indústria automobilística. A indústria de alumínio em sua maior parte já parou.

Qual é a saída?

Diante do grande quadro de distorções que o PLD provoca, há de se questionar sobre sua existência. Agora, uma mudança no modelo do setor elétrico não vai ser feita de uma hora para outra, tem que ser discutida com calma. Provisoriamente, tem que haver medidas emergenciais, baixar o preço teto do PLD, o que já reduz fantasticamente essas contas e não estimula a indústria a parar de produzir. Além disso, no mínimo, racionalização de energia desde já seria necessário. Poderia ser feita uma campanha de conscientização e incentivo junto aos consumidores.

Sem infraestrutura, que falta em 3,4 mil municípios, acesso à internet ainda é ruim no Brasil

Longe da universalização da banda larga

Deborah Moreira

A utilização da internet tornou-se algo tão corriqueiro que o acesso à rede passou a ser visto como serviço essencial. São inúmeras as atividades feitas no ambiente virtual, como pagar contas, consultar serviços públicos, ler jornais, ouvir música etc. Tudo passa pelos cabos submarinos (*backbones*) e intermediários (*backhauls*), que se ligam às sub-redes locais. Porém, especialistas em telecomunicações alertam que faltam investimentos em infraestrutura para elevar a qualidade e, principalmente, vontade política para encampar efetivamente a universalização, garantida pela Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

O próprio ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, reconheceu a limitação da rede em audiência pública no Senado, em 27 de maio, sobre o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Pelas regras atuais, o PNBL com velocidade de um mega deve ser oferecido pela taxa mensal de R\$ 35,00. Porém, com 2,5 milhões de assinantes por todo o Brasil, a iniciativa está longe de atingir a meta de universalização e qualidade.

As deficiências afetam mesmo quem contrata o serviço por preços mais caros, fora do PNBL. Um desses usuários é a diarista Eliane Jesus Santos. Moradora de uma comunidade instalada no bairro paulistano do Campo Limpo, ela solicitou em janeiro o serviço à única operadora que atua naquela região, a Vivo Telefônica. Somente em 15 de maio um técnico foi até sua casa para a instalação, que não saiu conforme o esperado. O profissional afirmou não ser possível instalar a velocidade contratada de dois megas, que foi reduzida para 256kbps e sem conexão sem fio, que também estava prometida. “Está terrível. Todo mundo lá em casa reclama. É muito lenta e cai o sinal toda hora”, lamentou Santos, que tem uma renda mensal de um salário mínimo e internet em casa pela primeira vez. Pelo serviço, que inclui linha telefônica, ela pagará R\$ 91 mensais.

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com base em uma resolução de 2011 (nº 574), a banda larga entregue por um provedor de acesso não deve ser inferior a 30% da velocidade que foi ofertada ao cliente. Ou seja, quando a prestadora oferece um pacote com velocidade de 1 Mbps, a velocidade tem que ser, ao menos, de 300kbps.

Ruim, mas crescente

Apesar dessas deficiências, o número de brasileiros que acessam a internet vem crescendo ano a ano. Em 2012, superou o dos que nunca navegaram, de acordo com estudo TIC Domicílios 2012, realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br). Enquanto 49% dos entrevistados com idade superior a dez anos disseram ter navegado na rede nos últimos três meses, 45% afirmaram nunca ter acessado a *web*. Outros 6% usaram a internet há mais de três meses. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), do primeiro trimestre de 2013, dá conta de que o País já possuía no período 102,3 milhões de usuários. Segundo levantamento

recente feito pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), que congrega operadores e fornecedores do setor, o número de terminais com acesso à internet ultrapassou os 150 milhões no primeiro trimestre de 2014, a maioria absoluta utilizando a tecnologia de segunda geração GSM, o que torna a conexão lenta.

“É preciso que haja uma política de governo para universalizar a infraestrutura de banda larga, assim como foi com o telefone fixo. Se não houver isso, não há avanço”, declara o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Marcos Dantas, consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Na sua avaliação, o *lobby* das operadoras de telefonia impede que a banda larga seja colocada em regime público – por cabo ou por satélite. “E essa será uma infraestrutura absolutamente essencial para a sociedade no futuro, do século XXI”, completa. A banda larga está entre as propostas do “Cresce Brasil” para o desenvolvimento do País.

Oportunidade para incrementar investimentos e melhorar o serviço é revisão de contratos com as operadoras, prevista para 2015.

A advogada Flávia Lefèvre, da ProTeste, entidade que atua na defesa do consumidor, também concorda que a internet se constitui como serviço essencial e, de acordo com o artigo 65 da LGT, deve ser prestada no regime público, ainda que concomitantemente com o privado, com metas de universalização. “Eles (*Ministério das Comunicações*) chamam o PNBL de massificação da banda larga, quando na realidade a gente entende que deva ser universalização, porque a obrigação de garantir acesso de serviço de comunicação é de competência da União, constitucionalmente”, defende.



Marco Dantas defende que haja uma política de governo para a universalização da banda larga.

Outra questão apontada pela advogada é a diferença apurada pela Anatel entre o gasto das operadoras em infraestrutura para a universalização da banda larga e a receita gerada a essas empresas. Como deixaram de cumprir a meta de implantação de backhaul em 3,4 mil municípios, terão de devolver à União o valor de R\$ 1,3 bilhão, conforme determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). A principal devedora é a Oi, cuja fatura é de R\$ 1,152 bilhão.

Lefèvre e Dantas lembram que este é um momento oportuno para estudar a readequação dos contratos de concessão, que ocorre a cada cinco anos, e o Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU) e de Qualidade. Para dezembro de 2015 está prevista a segunda revisão, que entrará em vigor em janeiro de 2016. “A gente espera que desta vez o governo não perca a oportunidade de incluir as atuais necessidades de implantação de redes de alta capacidade para fazer a universalização da banda larga”, ressalta Lefèvre.

Beatriz Almeida



Flávia Lefèvre propugna por incluir na revisão dos contratos das teles a implantação de redes de alta capacidade.